

Menezes Ferreira, Lúcio
Ciência nômade: o IHGB e as viagens científicas no Brasil imperial
História, Ciências, Saúde - Manguinhos, vol. 13, núm. 2, abril-junio, 2006, pp. 271-292
Fundação Oswaldo Cruz
Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=386137989005>



Ciência nômade: o IHGB e as viagens científicas no Brasil imperial

Nomadic science: the IHGB and scientific voyages in imperial Brazil

Lúcio Menezes Ferreira

Doutorando em história cultural pela Unicamp,
Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp
Rua Culto à Ciência, 423/41
13020-060 Campinas – SP – Brasil
luciomenezes@uol.com.br

FERREIRA, L. M.: Ciência nômade: o IHGB e as viagens científicas no Brasil imperial. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 13, n. 2, p. 271-92, abr.-jun. 2006.

Este artigo analisa as viagens científicas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) numa perspectiva pós-colonial, examinando-as como parte de um processo mais amplo de mundialização da ciência e de construção de representações históricas e geográficas no Brasil imperial. Inicialmente, mostra-se como, na Europa, o nacionalismo e o imperialismo respaldaram a epistemologia da história natural e das viagens científicas. Em seguida, evidencia-se como projetos colonialistas se articulam aos textos de história natural, arqueologia e etnografia do IHGB. Por fim, como todo discurso histórico tem em mira a crítica do presente, dialoga-se com a idéia colonialista de Brasil que se formulou durante o período imperial, enfatizando-se como ela, com efeito, não é um arquivo morto, mas permanece entre nós, internalizando nossas identidades sociais.

PALAVRAS-CHAVE: colonialismo; viagens científicas; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB); Brasil imperial.

FERREIRA, L. M.: Nomadic science: the IHGB and scientific voyages in imperial Brazil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 13, n. 2, p. 271-92, Apr.-June 2006.

Approaching from a neo-colonial perspective, this analysis examines the scientific voyages of the Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) as part of a broader process by which science spread around the world and historical and geographic representations were constructed in imperial Brazil. It first shows how nationalism and imperialism in Europe underpinned the epistemology of natural history and scientific voyages. It next goes on to show how colonialist projects relate to the IHGB's natural history, archeological, and ethnographic texts. Lastly, since the intent of every historical discourse is to critique the present, the article engages in a dialogue with the colonialist idea of Brazil fashioned during the imperial age; it emphasizes how this idea is not a dead file but remains with us still, internalizing our social identities.

KEYWORDS: colonialism; scientific voyages; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB); Imperial Brazil.

“Élevé jadis par Descartes en maître et possesseur de la nature, l’homme devient une simple chose pour les forces (celles de la technique, de la politique, de l’histoire) qui le dépassent, le surpassent, le possèdent...”

Milan Kundera. *L’Art du Roman*, 1968

“O que os homens querem aprender da natureza é como aplicá-la para dominar completamente sobre ela e sobre os homens. Fora disso, nada conta...”

T. Adorno e M. Horkheimer. *Conceito de Iluminismo*, 1947

Em 1839, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) publicou, no volume inaugural de sua *Revista*, um manuscrito setecentista que descrevia, sem coordenadas geográficas precisas, uma cidade abandonada nas matas do Sincorá, sertão da Bahia.¹ O Cônego Benigno José de Carvalho e Cunha (1789-1849), após lê-lo, comprometeu-se a localizar a “cidade antiga”, o que lhe granjeou uma entrada nada triunfal na história. No final do século XIX e início do XX, a expedição foi certeiramente alvejada. Machado de Assis, em dois contos, narra, com sua habitual ironia, personagens delirantes, símiles desbotados do Dr. Simão Bacamarte e de Quincas Borba, comparando-os com o Cônego Benigno e sua busca da cidade abandonada.² Euclides da Cunha, para quem a arqueologia e a etnologia que lhe eram coetâneas dispunham de “conceito crítico brilhante”, não deixou ilesas, com o seu fuzil positivista, as “fantasias” arqueológicas ligadas à cidade perdida da Bahia (Cunha, 1982 [1902], p. 49, 51). Em *Os sertões*, reduziu o debate sobre a cidade abandonada a um mito, argumentando que as pesquisas do Cônego foram “lendas encantadas” inspiradas em fatos geológicos (Cunha, 1982 [1902], p. 183).

¹ O debate sobre a cidade abandonada foi recorrente no IHGB. Para rastreá-lo, cf. Ferreira (1999 e 2001); para uma outra interpretação, fartamente documentada, cf. Langer (2002).

² Assim Machado o diz: “Ah! Impagável. Quer saber do que mais? Tinha lido o Cônego Benigno, e resolveu logo ir ao sertão da Bahia, procurar a cidade misteriosa. Expôs-me o plano, descreveu-me a arquitetura provável da cidade, os templos, os ritos...”. “O anel de Políclates”. In: Assis, 1986 [1882], p. 239. Em outro conto: “O pai nasceria com o amor do enigmático, do obscuro e do ansiado; morreu quando aparelhava uma expedição para ir à Bahia descobrir a cidade abandonada...”. “Manuscrito de um sacristão”. In: Assis, 1986 [1884], p. 545.

Antes de Euclides da Cunha, no IHGB, já se consolidara a idéia de que as buscas do Cônego Benigno, encerradas em 1849, eram miragens insinuadas pelas formações rochosas da região (Pinheiro, 1866). A expedição, contudo, não foi uma aventura antropomórfica, uma projeção mítica do subjetivo sobre a natureza, uma deambulação instigada pelo imaginário e por devaneios insanos. Ela foi, com efeito, forjada na bigorna do conceito de civilização, nesse contexto em que o IHGB procurava conformar, para o projeto político centralizador da Monarquia, um passado glorioso, uma identidade sócio-cartográfica plasmada numa cultura indígena elaborada. A viagem científica do cônego Benigno foi, também, uma ferramenta colonizadora.

Assim, nas palavras do secretário perpétuo do Instituto, Januário da Cunha Barbosa (1760-1846), a expedição, além de colher tradições populares, devassaria matas desconhecidas ao Império, com

todas as suas riquezas minerais latentes ou manifestas (Barbosa, 1841, p. 527-8). Em petição encaminhada ao imperador D. Pedro II, em 7 de novembro de 1841, o IHGB se empenhou pelo financiamento do projeto. Ressaltou-se, além da imagem de um monarca mecenas, os aspectos geoestratégicos da expedição. A viagem arqueológica contribuiria para a “interiorização da civilização”: tanto para a extensão do poder público do Estado e sua centralização, quanto para a marcação das fronteiras ocidentais do Império no intuito de melhor protegê-las dos avanços perpetrados pelas Repúblicas latinas; por fim, mapearia o espaço e suas riquezas minerais, abriria estradas e integraria novas terras ao cultivo agrícola.³

³ Cf. Petição do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a sua Majestade Imperial, 7 de novembro de 1841. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: NA, IE, 78; Aviso do Paço Imperial ao IHGB informando, em resposta ao pedido de auxílio feito pelo Instituto para a empresa do Cônego Benigno, que investiga vestígios de antiga cidade no interior da Bahia: que S. M. o Imperador manda conceder auxílios para despesas. Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1842. IHGB, lata 342, pasta 5.

A viagem do Cônego Benigno é somente um exemplo dos projetos colonizadores promovidos pelo IHGB. Projetos articulados em diferentes tipos de textos, em diferentes saberes reunidos pelas viagens científicas. Saberes essencialmente nômades, que percorriam o espaço, avaliavam suas riquezas e suas populações indígenas, registrando-as e constituindo-as. É possível analisá-las, nos arquivos seriais do IHGB, numa perspectiva pós-colonial, percebendo-as como representações sobre o espaço e as populações indígenas, sobre o espaço e as populações indígenas, sobre a geografia e a história.

Não quero aqui, obviamente, homogeneizar o heterogêneo campo pós-colonial. O pós-colonialismo é uma área de pesquisa multifacetada, com perspectivas teóricas e metodológicas diversas (Moore-Gilbert, 2000). Contudo, pelo menos uma de suas vertentes, mais ligada à história das ciências, tem enfatizado as relações mútuas e constitutivas entre práticas científicas e colonialistas (MacLeod, 2001; Kalpagam, 2000). Nos textos científicos do IHGB, tais relações são detectáveis na formulação da idéia de Brasil, de sua edificação cartográfico-social, idéia que, de algum modo, permanece se insinuando nas identidades sociais de nosso presente.

Números políticos

Os diferentes saberes enfeixados pelas viagens científicas têm seu estatuto disciplinar, *grosso modo*, timbrado com o selo da história natural. Antes de analisá-los no IHGB, vejamos, inicialmente, as táticas políticas e os critérios científicos que recobriram, na Europa oitocentista, a história natural. Em meados do século XVIII e início do XIX, a história natural transformou-se profundamente. Aos sistemas de classificações das espécies, ao *Systema Naturae* (1758) de Lineu – a esse olhar minucioso sobre as coisas, em que a história natural organiza, nos gabinetes, herbários e jardins, as exposições catalogadas, agrupando os documentos em seus traços comuns e introduzindo na linguagem sobre o mundo uma ordem equivalente àquela que reina entre os seres vivos (Foucault, 1992, p. 139-78) –, acrescentam-se os estudos sobre o funcionamento fisiológico dos

seres vivos. E a história natural, enciclopédica e sistêmica, separa-se em várias disciplinas: a fisiologia, a anatomia comparada, a paleontologia.

Duas práticas sociais correlatas, ademais, sustentam a epistemologia da história natural. Em primeiro lugar, o nacionalismo. Assim, na França, o Muséum National d’Histoire Naturelle, dirigido por Georges Cuvier (1769-1832) e reformulado pela República jacobina de 1793, torna-se uma possessão nacional. Investido pelo nacionalismo, o Muséum destina-se à visitação pública, um lugar onde se inculca a idéia de Nação e se ministra a educação republicana. Os objetos de história natural, retirados e recolhidos de seu contexto imediato não apenas por seu valor de uso, mas também pelo significado político a ser comungado pela coletividade (Pomian, 1984), passam a ensinar aos cidadãos a ordem equânime e justa da natureza. No Muséum, a ordenação da natureza, visível em sua superfície lisa e sem conflitos, é uma metáfora ética e política: educa o cidadão para a justiça e o equilíbrio da soberania popular, em substituição à ordem caótica e injusta da soberania monárquica (Outram, 1997, p. 256-7).

Em segundo lugar, o imperialismo fará da história natural um móvel do colonialismo, da expansão territorial do capitalismo. Dá-se o advento do que se convencionou designar – mas que é o índice de uma regulação metodológica generalizada – de ciência humboldtiana (Dettelbach, 1997). As pesquisas sobre a física da terra de Alexander von Humboldt (1769-1859), consumidas pelo público na forma de narrativas de viagens, conduziram os fenômenos de transculturação, renovando ideologicamente a América e o Velho Mundo (Pratt, 1997, p. 197-252). E, sobretudo, reverteram a história natural como uma ciência da coleta. Tornaram-na uma nova topografia da terra, esteada nos exames de precisão de medidas dos modernos instrumentos: o barômetro, o cronômetro, o quadrante, o sextante, o teodolito, o higrômetro, os compassos e as agulhas magnéticas, por exemplo. O uso de métodos gráficos e de linhas isométricas serviu para mapear um largo espectro de variáveis: meios de temperatura, nivelamento e pressão barométrica. Iniciaram-se, assim, os estudos de distribuição geográfica das espécies (Dettelbach, 1997).

Tratava-se de classificar e mapear para o Império. De guarnecer os museus metropolitanos com espécimes de todo o mundo, de pôr em circulação, nos centros capitalistas, as mercadorias científicas, as moedas estampadas com as efígies da empresa imperialista, a demonstrar a supremacia simbólica dos Estados colonizadores. Uma numismática da soberania. As expedições científicas materializavam o poderio imperial. Foram patrocinadas pelos Estados colonialistas, enlaçando-se diretamente às redes do sistema imperial. Tinham o objetivo patente de localizar novas rotas comerciais, de

abrir e cartografar novas rotas para o comércio com as colônias, de palmilhar territórios desconhecidos, de revelá-los, por meio da ciência, em seus recursos e riquezas. Assim, a viagem do *Beagle*, famosa por abrigar Charles Darwin (1809-1882), como todas as expedições oitocentistas inglesas associou o *glamour* das descobertas, classificações e teorias, aos propósitos comerciais e geopolíticos. Sob o comando de Robert FitzRoy (1805-1865), o *Beagle* deveria averiguar o potencial estratégico e comercial dos recém-independentes Estados sul-americanos, bem como o de colonizar simbolicamente as ilhas Falkland, fincando-lhes no solo, tido como argentino (*Las Islas Malvinas*), a bandeira britânica (Browne, 1997, p. 312).

A biogeografia, o estudo da distribuição das plantas e animais sobre o globo, torna-se, no mais, uma taxionomia das diferenças. Fazem-se pesquisas sobre as regiões geográficas. Formulam-se as ontologias identitárias das diferentes regiões. Classificam-se as especificidades da natureza dos continentes. A nova topografia da terra, com seus instrumentos de medida, mapas e métodos aritméticos, lastra as teorias de distribuição das espécies, analisa o conjunto das coleções sob as bases de metáforas políticas e imperialistas. As técnicas numéricas fornecidas pela estatística e pela demografia, pelo olhar estatístico generalizado que, nesse momento, abarca e contabiliza os minúsculos meandros dos Estados europeus (Martin, 2001), são largamente utilizadas para definir as 'nações' e 'províncias' de plantas e animais de uma região. Definem-se a estatística e a demografia das populações naturais de um território. Assim, as faunas e floras foram observadas, mesmo antes da *Origin of species* (1859), como forças colonizadoras. Como exércitos em guerra pelos recursos das áreas geográficas, a produzir a luta incessante pela sobrevivência, o conflito permanente dos organismos pela vida (Browne, 1997, p. 315-9).

Do mesmo modo, assim como se cartografa a terra e procede-se à taxionomia das diferenças biogeográficas, mapeiam-se, também, as singularidades culturais das populações encontradas durante as viagens científicas. Faz-se a topografia da alma, a taxionomia do primitivo, a estatística da decadência ou prosperidade das 'culturas nativas'. A etnologia, com as medidas da 'ciência humboldtiana', mensura em números e mapas a distribuição geográfica e histórica das populações 'selvagens' (Bravo, 1997, p. 348-51). As missões simultaneamente civilizadoras e científicas da etnologia valem-se do referencial da antropologia física, da ciência frenológica de Samuel G. Morton (1779-1851) e Franz Joseph Gall (1757-1828), para metrificar as áreas mentais, as características e diferenças raciais (Gould, 1981; Blanckaert, 2001). A antropotecnia mediou as distâncias evolutivas que separavam o civilizado do primitivo. Mostrou aos civilizados que, sim, a barbárie tem rosto humano, mas que ele é uma máscara a encobrir um curto tirocínio e reduzida perfec-

tibilidade. Assim como a ‘luta dos organismos naturais por áreas geográficas’ foi uma metáfora política que legitimou a luta imperial pelas regiões colonizadas, a antropotecnia descambou num racismo que assegurou as políticas imperiais e as filantropias civilizadoras, a dominação ou o etnocídio das ‘raças inferiores’.

Múltiplos propósitos

Esse quadro político, colonialista e imperialista, também se pinta nas proposições sobre as viagens científicas enunciadas pelos intelectuais orgânicos do IHGB. Em diferentes momentos, a *intelligentsia* do IHGB alardeou a necessidade de se “fazer sacrifícios em favor de viagens arqueológicas ... especialmente prestando auxílios a viajantes” (Lagos, 1844, p. 537-8). Por viagem arqueológica entenda-se, neste contexto, a reunião de um escopo disciplinar que, englobando o *arque* – os princípios ou relatos das origens, das coisas antigas (*gr. arche*) –, rastreava, por meio da história natural e da arqueologia, o passado mais arcaico do espaço geográfico brasileiro e das populações indígenas. Tal uso do conceito é feito também pelo romancista e professor de geografia e história do Colégio Pedro II, Joaquim Manoel de Macedo (1820-1882). Como secretário do Instituto, em 1852, ele propôs, nessa conjuntura de solidificação do sistema social de dominação monárquico, a intensificação das viagens científicas para se escrutinar o território nacional e as populações indígenas (Macedo, 1852).

As viagens científicas integraram, com efeito, as primeiras propostas metodológicas do IHGB. Em artigo que orientou as linhas mestras da coleta de fontes primárias, texto, portanto, respaldado nos princípios da moderna historiografia, Rodrigo de Souza da Silva Pontes exortou o financiamento das “viagens científicas”, das “excursões arqueológicas” (1841, p. 150). Pontos específicos da história e da geografia do Brasil não seriam esclarecidos somente com mapas e documentos primários. Muitas dúvidas havia, por exemplo, sobre a extensão e a densidade populacional de Palmares. Dúvidas oriundas, sobretudo, das obras legadas pela historiografia colonial, como a *História da América Portuguesa*, de Sebastião da Rocha Pita (1660-1738) (1841, p. 151).

Para Rodrigo de Souza, os erros e evidentes exageros de Rocha Pita sobre o quilombo de Zumbi só seriam corrigidos com o conhecimento, *in loco*, do espaço ocupado pelos quilombolas, da região onde se passaram os acontecimentos. Senão, não se determinariam sua posição geográfica e o número de seus habitantes, nem tampouco se ouviriam as tradições populares sobre o “Conto de Palmares” (1841, p. 151-4). Ou seja, corrigir os erros historiográficos herdados, aprender mais com as rebeliões do passado para melhor combater as rebeliões do presente que, nessa quadra

histórica de 1841 em que escreve o autor, grassavam pelo território nacional.

Rodrigo de Souza da Silva Pontes clarifica, porém, que as excursões arqueológicas brasileiras não produzirão a abundância de documentos recolhidos durante as incursões realizadas na Europa. Não se poderia esperar a descoberta dos templos de Tróia, a profusão de estátuas e quadros, toda uma plethora artística e pictórica estampada sobre monumentos arquitetônicos que, por si só, contam a história de um país e revelam o espírito dominante de um século (1841, p. 151). Mas, as viagens científicas brasileiras, para ele, também teriam monumentos para estudar: os obeliscos assentados no Pará, as construções e ruínas provenientes da presença holandesa no Brasil, e mesmo vestígios de civilização, como as estátuas indígenas descobertas na embocadura do rio Negro (1841, p. 150-1). No mais, poriam os geógrafos em contato com as raças indígenas e as riquezas naturais de solos ainda pouco ou quase nada verificados; proporcionariam um conhecimento mais acendrado dos objetos de estudo de cada uma das partes do Império (1841, p. 155-6).

O naturalista bávaro Karl P. von Martius (1794-1868), por seu turno, em *Como se deve escrever a história do Brasil* (1844), texto que ajudou a formular as bases metodológicas das pesquisas historiográficas, arqueológicas e etnográficas concretizadas pelo IHGB, também incentivou as excursões arqueológicas, fiando-se na ‘evidência’ de que os indígenas seriam degenerados, “ruínas de povos” – resquícios de uma antiga civilização que teria habitado toda a América (1844, p. 392-5).⁴ Para von Martius, monumentos arqueológicos, a exemplo do que aconteceu em outros rincões da América, poderiam ser encontrados sob as sombras das milenares florestas brasileiras (1844, p. 395). Segundo ele, para se pesquisar a origem dos indígenas, para se colherem os vestígios de civilização, esparsos, provavelmente, entre os rios Tocantins, Xingu e Araguaia,⁵ dever-se-iam financiar projetos como os do Cônego Benigno. Em suas palavras, uma Paupatla ou uma Copán brasileiras, durante as viagens científicas, poderia ser descoberta (1844, p. 393-5).

Porém, o “historiador pragmático” do Brasil deveria, também, fazer uma história das viagens e “entradas” para os sertões (como a realizada por Bartolomeu Bueno da Silva, em 1740). Percorrer na documentação os antigos caminhos. Deletreá-la para reencontrar, na palavra escrita, as aventuras etnográficas, geográficas e mineralógicas de outrora. Uma história dessas viagens levaria também à compilação de contos populares dos negros e indígenas, mitos por meio dos quais se extraíram deduções sobre a história e a etnografia do Brasil; eventualmente, levaria ainda ao encontro de riquezas em regiões pouco exploradas (1844, p. 401-2).

⁴ Von Martius recomendou essas expedições também através de cartas enviadas ao IHGB. Cf. Carta lida na 44^a Sessão em 1º de agosto de 1840. *RIHGB*, v. 2, p. 401-4, 1840.

⁵ Cf. a carta de von Martius lida na 44^a Sessão em 1º de agosto de 1840. *RIHGB*, v. 2, p. 339-401, 1840.

Em suma, para von Martius e Rodrigo de Souza da Silva Pontes as viagens arqueológicas seriam importantes por três razões. Em primeiro lugar, permitiriam a construção de um saber para conjurar os conflitos que ameaçavam a divisão do Império. Em segundo lugar, possibilitariam a coleta de novas fontes para a escrita da história do Brasil, a reunião das *imagines maiorum*, dos vestígios de civilização e monumentos históricos, capazes tanto de fixar as fronteiras nacionais, como de traçar uma genealogia da Nação. Por fim, as viagens arqueológicas, em seu percurso errante, esquadrinhariam a geografia e as populações indígenas das províncias visitadas. Numa palavra, o território nacional e as populações indígenas foram os objetos diletos de inquirição.

O território e a população

Uma questão política premente para o Império era a manutenção e ampliação de seu território. Além de a “flor exótica da América” viver cercada pelas repúblicas latino-americanas e cobiçar, por motivos econômico-estratégicos, a anexação dos territórios banhados pelo rio da Prata, temia-se, mesmo depois de 1850, quando se deu a consolidação do sistema monárquico-centralizador, o ressurgir de rebeliões regionais. Daí os debates, no IHGB, sobre os tratados de limites e a sistematização de documentos para a condução da política externa imperial. Em 1851, o historiador Francisco Adolfo Varnhagen (1816-1878), a pedido de Paulino José Soares de Souza (1807-1878), ministro e secretário dos Negócios Estrangeiros, coligiu uma série de documentos. O fito foi o de montar um arquivo que respaldasse as negociações geopolíticas do Brasil com as Guianas, o Peru, o Equador, a Bolívia e o Paraguai (Varnhagen, 1851).

As fronteiras, geopolíticas ou não, sempre acendem polêmicas. José Joaquim Machado de Oliveira (1790-1867), avaliando a história dos tratados e das guerras entre o Brasil e o Uruguai, criticou severamente a atuação do governo imperial ante a fixação dos limites entre as duas nações. Duarte da Ponte Ribeiro (1794-1878) respondeu a Machado de Oliveira, apontando as interpretações históricas equivocadas e o julgamento incorreto da política externa imperial que guiaram a pena do polemista. Comparece ao debate, para esfriar a polêmica, Gonçalves Dias (1823-1864), advertindo que o IHGB, uma instituição cultural, não poderia comprometer a objetividade em prol das contendas políticas.⁶ Manter o rigor científico, mas também fazer da argumentação histórica um meio para demarcar as fronteiras imperiais e desenhar a unidade político-territorial do Estado imperial.

Nesse passo, a geografia e a história natural articularam-se estreitamente no IHGB. A geografia, como queria José Feliciano Fernandes Pinheiro (1774-1847), vivificaria o sonho de Francis

⁶ Cf. a íntegra do debate em *RIHGB*, v. 16, p. 393-572, 1853.

Bacon (1561-1626): uma associação de observadores a examinar as verdades da natureza em favor da aplicabilidade da ciência (Pinheiro, 1839, p. 269). Para o visconde de São Leopoldo, na ocasião presidente do IHGB, a geografia abrangeeria em sua “esfera a maior parte dos conhecimentos científicos” (Pinheiro, 1839, p. 269). Para Manoel Ferreira Lagos (1816-1871), ela concorreria para o “progresso da civilização”, patentearia a “vastidão e os recursos do domínio terrestre” (Lagos, 844, 547).

Ora, se a demarcação das fronteiras por meio da argumentação histórica abre uma zona escura de dúvidas hermenêuticas, se os arquivos das ações políticas pretéritas não asseguram, *stricto sensu*, a legitimidade dos contornos geográficos, há que escrutinar a natureza. Instalar-lhe um inquérito cerrado. Congregar olhar e discurso a fim de se registrar, no presente, a materialidade do espaço e de suas populações. Desbravar os espaços limítrofes e áreas desconhecidas, os sertões que se supunham com acanhadas povoações e dilatadas matas, tais como a Colônia do Sacramento, na região do Prata, a fronteira com a Guiana Francesa, ao Norte, e a fronteira oeste de Mato Grosso, locais onde os conflitos datavam do período colonial.

Para registrar o espaço e suas populações, para tornar o IHGB uma Casa de Salomão, as viagens exploratórias reuniram – conforme se vê nas inúmeras publicações em geografia e em história natural do IHGB – diferentes disciplinas e variados objetos. De um lado, a geografia caminha junto a história natural, ambas percorrendo o território e descrevendo em pormenores as regiões exploradas: extensão dos rios e altitude das montanhas, inventário e classificação das riquezas naturais. Olhar abrangente, registro cuidadoso e totalizador que, também, faz que a geografia rastreie as regiões junto à estatística, à demografia e à economia política:⁷ cálculo das relações entre a densidade populacional e a extensão dos territórios; avaliação administrativa das instituições provinciais, de seus regulamentos e divisões políticas e civis, de suas forças e meios de produção, da capacidade de seus portos, do potencial de suas redes hidrográficas e estradas; avaliação arqueológica e etnográfica, *mutatis mutandis*, das populações indígenas, de suas técnicas agrícolas, de seu teor civilizacional medido através do universo lingüístico, da organização social e da cultura material, localização geográfica e demografia de seus variados grupos.

Esse ideal de imbricar diversas técnicas disciplinares nas viagens científicas pode ser visto nas Instruções veiculadas pelo IHGB. Já em 1839, Januário da Cunha Barbosa escreveu, aos recentes associados espalhados pelas províncias imperiais, uma *Lembrança* (Barbosa, 1839). Um roteiro circunstanciado sobre os documentos e informações a serem angariados nas províncias. Solicitou, além de fontes primárias e biográficas, registros arqueológicos e etnográficos sobre os usos e costumes dos indígenas, a servirem,

⁷ Abordagens estatísticas foram uma prática constante do IHGB. Em 1843, Januário da Cunha Barbosa propôs a organização de um projeto para se escrever uma *Estatística do Império*, para a qual o IHGB deveria aproveitar a “alta proteção do Governo Imperial ... indispensável em uma tal empresa”. Cf. 108^a Sessão em 20 de junho de 1843. *RIHGB*, v. 5, p. 338, 1843. O IHGB, além disso, oferecia prêmios (medalhas de ouro) àqueles que escrevessem a melhor obra sobre *Estatística do Brasil e suas Províncias*. Cf. “Prêmios propostos pelo Imperador Pedro II”. *RIHGB*, v. 3, p. 599, 1841; *RIHGB*, v. 4, p. 101, 1842. Lembremo-nos de que a estatística permite a contabilização necessária às políticas de intervenção, controle e regulação social (Asad, 1994).

no futuro, a um plano de civilização dessas populações; a feitura de um quadro demográfico e estatístico que contabilizasse os indígenas e suas indústrias, acompanhado, se possível, de apontamentos sobre as vantagens econômicas que deles pudessem ser amealhadas. Advertiu, ainda, para os inquéritos geográficos das províncias, para os relatos de seus dilemas administrativos, ordem econômica e riquezas naturais. Ainda mais ambiciosas em suas finalidades são as Instruções da Comissão Científica de Exploração (1859-1861).⁸ Ao avançar pelos sertões do Ceará, a Comissão deveria recolher materiais, remetê-los ao Museu Nacional e eventualmente aos museus provinciais e estrangeiros. O saber (e a política) é a capacidade de sistematizar informações.

Assim, a botânica, para o chefe da expedição e conselheiro imperial, o Dr. Francisco Freire Alemão (1797-1874), observaria o aspecto geral do país quanto à sua vegetação. Esboçaria uma geografia botânica do Brasil. Anotaria as plantas úteis à medicina e à indústria do Império (Alemão, 1856). A geologia e a mineralogia, nas palavras de Guilherme Súch Capanema (1824-1906) (1856), coligiria os minerais e anotaria os veios metalíferos passíveis de aproveitamento econômico. Apontaria os meios para se fundar estabelecimentos metalúrgicos. Coletaria os materiais necessários, rochas e fósseis, para escrever uma história primitiva das formações geológicas do país, para confeccionar um mapa geológico a servir ao agrônomo e à resolução do problema da seca nos 'desertos' do Nordeste. As instruções para a Seção de Zoologia, escritas por Manuel Ferreira Lagos (1856), propunham que se classificassem, segundo o sistema de Georges Cuvier, as espécies animais encontradas; que se estudassem os mecanismos e funções fisiológicas, os hábitos e a índole, a multiplicação e transformação de todas as espécies; e também, o mais essencial, que se enfatizasse estatisticamente todo o proveito que os animais ofereciam às indústrias e à economia doméstica. Considerar os animais, em suma, como objetos da história natural e da estatística – classificá-los em sistema e contabilizá-los como manancial de riqueza.

Para o conselheiro e senador Cândido Batista de Oliveira (1856), diretor do Jardim Botânico desde 1851, a Seção Astronômica e Geográfica plotaria as principais latitudes e longitudes dos territórios a serem explorados. Tanto para se construir uma Carta Geral do Império, quanto para servir às operações topográficas que delimitariam as terras tombadas pela Lei de Terras de 1850. Acrescentaria à centralização política do Império uma centralização geográfica, isto é, determinaria as longitudes dos sertões, referindo-os ao ponto culminante do Pão de Açúcar, no Rio de Janeiro, doravante meridiano primeiro, ponto simbólico-geográfico da Nação. Concomitantemente, observações meteorológicas e investigações da física geral do território da Nação planificariam benfeitorias –

⁸ Sobre a Comissão Científica de Exploração, seus integrantes e resultados científicos, Cf. Lopes (1997, p. 28-33) e Porto Alegre (1989).

sondagens para poços artesianos nos ‘desertos’ nordestinos, estudos geográficos para viabilizar as comunicações entre os centros produtores das províncias e os portos.

Manoel de Araújo Porto Alegre (1806-1879) (1856), por fim, na Seção Etnográfica e Narrativa de Viagem, sugere a compilação dos documentos históricos e geográficos de todas as cidades, vilas e povoações visitadas pela Comissão. Recomenda avaliações estatísticas do comércio externo e interno das províncias, da decadência ou prosperidade das populações, do valor dos terrenos cultivados ou incultos, do número provável de selvagens que habitam as florestas. A etnografia e a arqueologia teriam funções precisas. A etnografia deveria – porquanto, sempre de acordo com Manoel de Araújo Porto Alegre, no máximo em duzentos anos os indígenas não mais existiriam em seu estado primitivo – mensurar a anatomia e a fisiologia dos indígenas. Fazer dos corpos documentos. Arquivá-los na forma de desenhos. Constituir um acervo iconográfico detalhado e exato a ser realizado com os recursos da heliografia. Nesta linha de exatidão, a etnografia deveria valer-se do sistema de Franz Joseph Gall: coligir crânios para medir o nível de inteligência dos indígenas. Medir a inteligência, avaliar os graus de civilização. Para tanto, integrariam a faina etnográfica da Comissão não apenas os pormenores do crânio, mas também os da alma, o exame da organização social e política, das regras de direito e das línguas indígenas.

Arqueologia e etnografia, nos trabalhos da Comissão, não se dissociam. Coleções de todos os enfeites, armas, utensílios, artefatos, “múmias e sepulturas” seriam coletados como provas da indústria, usos e costumes dos indígenas. No rumor da linguagem, dos contos e mitos indígenas, por sua vez, seriam ouvidos os ecos de antigas tradições históricas, e com isso Manoel de Araújo Porto Alegre sugere que a arqueologia, ao referendar-se pelos aportes conceituais de Giovanni Battista Vico (1688-1774) – isto é, o *fingere* e a *poiesis* como princípios instituintes da realidade histórica –, descobriria algo a respeito da origem dos indígenas. Destrinçar as origens e graus de civilização, mas também reter o indígena como objeto econômico. Medir-lhe a força física por meio do dinamômetro; observá-lo em suas mímicas e movimentos, fazer-se uma etnografia dos gestos para desnudá-lo em suas inclinações para o ócio ou para o trabalho; indagar-lhe acerca das queixas e receios fundamentais que tem dos ‘brancos’. Numa palavra, para Manoel de Araújo Porto Alegre, estudar os indígenas seria um modo de trazer “à indústria tantos braços perdidos”, “diminuir o número de inimigos internos” e chamá-los para a civilização, para a “comunhão brasileira”. Todas essas questões demonstrariam, para ele, “quantas vantagens resultarão para nós o conhecimento perfeito dos autóctones do Brasil” (Alegre, 1856, p. 68).

⁹ Cf. 180^a Sessão em 14 de outubro de 1847. *RIHGB*, v. 9, p. 562-3, 1847. A proposta de Freire Alemão foi “aprovada sem debate” (p. 563).

¹⁰ Cf. 3^a Sessão em 18 de maio de 1877. *RIHGB*, v. 40, p. 437-9, 1877.

¹¹ No Brasil, o conceito de degeneração foi inspirado, sobretudo, pelos trabalhos de von Martius e Georges Louis Leclerc, o conde de Buffon (1707-1788). Um livro recente, de Carl H. L. Rueda (2003), discute os debates sobre a degeneração do continente americano e suas influências na arqueologia. Segundo Claude Blanckaert (1993), o conceito de degeneração integrou a agenda dos debates internacionais em história natural e antropologia dos séculos XVIII e XIX. O conceito compareceu, conforme S. J. Gould (1981), também na psicologia e na biologia modernas, até meados do século XX, cabendo a Freud, segundo Foucault (2001), o mérito de tê-lo solapado.

Para fundamentar esse conhecimento perfeito e vantajoso, o IHGB, além de fazer pesquisas etnográficas e arqueológicas, mapeou as populações indígenas. Em 1841, Varnhagen já propusera a criação de uma Seção de Etnografia e Arqueologia no IHGB, que teria como um de seus propósitos o estudo das línguas indígenas e a composição de uma “carta etnográfica” (Varnhagen, 1841, p. 63). Por sua vez, Francisco Freire Alemão, em 1847, primou por uma *Carta geral do estado primitivo do País*.⁹ O botânico conclamou os presidentes das províncias para remeterem, de suas respectivas regiões, uma série de dados. Esperava saber quais ‘tribos’ indígenas habitavam as províncias e que extensão de terreno ocupavam nos idos de 1500; quais foram extintas; quais imigraram, para onde se deslocaram, quantas ainda existiam e em que estado, ou seja, se são bárbaras ou relativamente civilizadas. Tais propostas foram efetivamente concretizadas. Por meio da filologia, da etnografia, da cartografia e da demografia, o IHGB, no intercurso das viagens científicas, localizou e enumerou o indígena, interpelou-o em seus gestos culturais e em sua linguagem (Guimarães, 1844; Jomard, 1847; Mattos, 1856; Tuggia, 1856; Machado, 1856).

Uma consistente proposta geoestratégica surgiu, contudo, na década de 1870, quando as estruturas do projeto político centralizador do Império, após a Guerra do Paraguai (1864-1870), começaram a ruir. Para recompô-las o IHGB, em 1877, elaborou um *Plano para se escrever a história, geografia, etnografia e estatística de cada uma das partes do Império*, que apontou para a tarefa de se acumular cargas de empiricidade sobre as províncias imperiais e, assim, promulgar a unidade físico-administrativa da Monarquia e a interiorização da civilização.¹⁰ Nesse contexto, porém, a obra paradigmática do viés colonialista do IHGB foi a do general José Vieira Couto de Magalhães (1837-1898).

Os projetos de colonização do interior, até então, esbarravam-se, no IHGB, no consenso axiomático de que o indígena era um ente degenerado.¹¹ Como fundar um contrato social com seres degenerados, como interiorizar a civilização contornando-se as “ruínas de povos”, como trazer à “comunhão brasileira” tantos “inimigos internos”? Ora, os tupis, particularmente, foram vistos como detentores de uma antiga civilização que, quando imigrou para o Brasil, do Norte do continente americano e dos Andes, degenerou-se em razão das fragosidades do clima tropical, da antropofagia e da miscigenação com raças mais primitivas. Disso resultou, em alguns casos, a recusa em estabelecer, com os indígenas, um pacto social, e mesmo, em casos mais extremos, justificou o extermínio das populações indígenas. Assim o propuseram Varnhagen e Gonçalves Dias (Ferreira, 2003; 2005).

Depois de 1870, quando os enunciados evolucionistas passaram a orientar as escavações estratigráficas, a degeneração indígena foi

materializada em vestígios arqueológicos e contextualizada geologicamente. Assim, a ilha de Marajó e a pujante Amazônia, nas pesquisas de João Barbosa Rodrigues (1842-1909) (1876a; 1876b) e de Domingos Soares Ferreira Pena (1818-1888) (1876; 1877), atestaram, nos estratos mais antigos dos sítios arqueológicos amazônicos, artefatos refinados, produtos cerâmicos esmerados em seus adornos e em suas técnicas de confecção; em contrapartida, nos solos mais recentes das escavações apareceram artefatos grosseiros, rudes e primitivos. A lógica das escavações revelou, pois, uma primitividade ascendente. O Brasil possuiria, em sua pré-história, ilhas de civilização, culturas elaboradas dignas de figurar na representação histórico-coletiva da Nação. Contudo, em algum momento de sua história, os índios se metamorfosearam naquilo que são no presente: seres degenerados, incapazes de perpetuar uma tradição civilizada, uma indústria cerâmica que lembrava, a Ferreira Pena e a Barbosa Rodrigues, a olaria grega (Rodrigues, 1876b, p. 5-9; Pena, 1877, p. 57).

Couto de Magalhães questionou esse cenário desolador de um rico passado soterrado pela pobreza do presente. Tendo presidido, entre 1863 e 1868, as fronteiriças províncias de Goiás, Pará e Mato Grosso, o barão de Corumbá estava afeito às viagens científicas. Ocupando o cargo de presidente do Pará, explorou as adjacências do rio Tocantins, classificando espécimes naturais e avaliando estatisticamente os recursos da região (Couto de Magalhães, 1864). Couto de Magalhães, pois, residindo no Norte do país, pôde contatar grupos indígenas, escavar sítios arqueológicos e fazer pesquisas etnográficas e lingüísticas.

De tais pesquisas resultou o seu “Ensaio de antropologia”, publicado pelo IHGB em 1873, que foi reescrito, a pedido do imperador D. Pedro II, para figurar na Exposição Universal da Filadélfia, em 1876. O *Ensaio*, assim, recebeu a forma de livro, e intitulou-se *O selvagem* (1935 [1876]). Amparando-se nos postulados darwinistas, na geologia de Charles Lyell (1797-1875), nos trabalhos de Armand de Quatrefages (1810-1892) e em suas escavações, Couto de Magalhães concluiu que os indígenas, sobretudo os tupis, povoaram o Brasil depois de transporem, na Europa e na Ásia, o Período da Pedra Polida (1935 [1876], p. 82). Ao chegarem ao Brasil, há cem mil anos, já estavam adstritos a um estágio mais avançado de civilização. Daí os tupis terem realizado, para Couto de Magalhães, a maior diáspora lingüística e cultural de que se tinha notícia, espalhando os seus civilizados vestígios desde o Amazonas até o Paraguai (1935 [1876]). Atravessando o estreito de Bering, os tupis construíram os aterros amazônicos, onde a lógica das escavações, segundo Couto de Magalhães, é inversa àquela de Ferreira Pena e de Barbosa Rodrigues: mostram uma civilização crescente, uma primitividade decrescente, porquanto, nas camadas geológicas mais

antigas, se acham urnas funerárias toscas, e nos estratos superiores e médios, aparecem artefatos mais elaborados (1935 [1976], p. 71-3).

Os indígenas, assim, poderiam, de acordo com Couto de Magalhães, ser contemplados pelo discurso histórico-coletivo da Nação. Seriam elementos para uma boa política de identidades do presente monárquico. Ele traça essa política, em seus devidos contornos colonialistas, tanto em *O selvagem* quanto em sua *Memória sobre as colônias militares, nacionais e indígenas* (1875). Na *Memória*, Couto de Magalhães disserta sobre o recente projeto de reformulação das colônias militares – Lei 2.277 de 24 de maio de 1873 –, que “caíram em ruína” durante a Guerra do Paraguai (1875, p. 5). Para reestruturá-las, Couto de Magalhães, ele mesmo um fundador de presídios e colônias militares na região do Araguaia, propôs que se lhes consagrasssem dois fins: o primeiro, militar, seria o de garantir as comunicações entre as províncias do Império e proteger as populações das regiões interiores dos ataques dos ‘selvagens’; o segundo, econômico, seria o de colonizar os terrenos despovoados, incrementar a riqueza e o progresso da Nação (1875, p. 3). As colônias militares, subordinadas aos ministérios da Guerra e da Agricultura, favoreceriam a concentração de população nos pontos que interessavam à defesa do país, a utilização do solo da pátria para a agricultura e a criação de gado (1875, p. 6-18).

Economia política das colônias militares: povoar o solo, maximizar a riqueza do interior, assegurar a integridade física do Estado. Além disso, para Couto de Magalhães, os presídios e colônias militares deveriam impedir que os espanhóis adulterassem os limites das fronteiras nacionais; bloquear as “excursões dos selvagens contra nossa população”; criar núcleos de população ao longo dos sertões, justamente nos locais estratégicos para ligar o “centro do governo” às “extremidades do Império” (1875, p. 14). Núcleos de população formados por indígenas, que aprenderiam, se se tivesse paciência, o português, como acontecia no Colégio Santa Isabel, fundado, em 1871, pelo próprio Couto de Magalhães. Para ele, indígenas falando o português seriam “de um incalculável resultado para o futuro” da unidade geopolítica do Brasil, sobretudo nas esquivas fronteiras do Amapá, do Equador, Venezuela, Peru e Paraguai (1875, p. 49).

Sem dúvida, pode-se civilizar e colonizar os indígenas por meio do exército. Pode-se promulgar um colonialismo interno. Ora, para os que ponderam “que não se coloniza com o exército, basta olhar para as experiências inglesas na Índia, as dos russos na Ásia e as dos franceses na Argélia” (1875, p. 12). Segundo ele, o Brasil, como as colônias russas, francesas e inglesas, construiria estradas de ferro nos sertões (1875, p. 14). E essa linha colonialista do pensamento de Couto de Magalhães continua a ser sublinhada em *O selvagem*. Para

ele, o Brasil não deveria seguir os exemplos da Argentina, Chile, Peru e Bolívia, que por descurarem de seus indígenas, desperdiçaram recursos com a mobilização de exércitos para contê-los em seus furiosos ataques (1935 [1876], p. 8-9); nem tampouco partilhar a política do extermínio dos Estados Unidos (*the good Indian was the dead Indian*).

Couto de Magalhães queria evitar o imposto do sangue indígena como tributo para a interiorização da civilização. Assim é que ele explicita os principais objetivos de uma boa política colonial. Em primeiro lugar, o de conquistar duas terças partes do território brasileiro, que não podiam ser pacificamente povoados em razão da presença dos indígenas, e, assim, assegurar as fronteiras com as bacias dos rios Prata, Amazonas, Negro e Branco. Assegurar, pois, a ocupação de fronteiras vitais para a unidade do Império e, por conseguinte, abrir estradas para as comunicações com o Peru, a Bolívia e as Guianas Francesa e Holandesa (1935 [1876], p. 23-35). Concentrados nas colônias militares, os indígenas ajudariam a povoar o território nacional e, num futuro próximo, o Brasil estaria ligado por estradas de ferro, desde o Amazonas ao Rio de Janeiro; pautar-se-ia, nas palavras de Couto de Magalhães, um “T colossal”, um T vincado por vias férreas: a linha horizontal cortaria o sentido longitudinal Nordeste-Norte; a linha vertical o sentido Norte-Sul (1935 [1876], p. 208).

Em segundo lugar, os indígenas, uma vez civilizados, representariam, de acordo com Couto de Magalhães, mais de um milhão de braços aclimatados e úteis às indústrias agropecuárias, extractivas e de transportes. Os braços indígenas seriam os mais adequados para interiorizar a civilização, a única ‘raça’ apta para povoar as terras virgens da Nação, prepará-las para a futura chegada dos imigrantes estrangeiros. Concentrados nas colônias militares do Amazonas, do Pará e Tocantins, o indígena seria o predecessor natural da ‘raça branca’. A imigração de colonos estrangeiros, a princípio, serviria somente para as terras já habitadas pela civilização imperial, o litoral brasileiro. Habitar o Norte – povoá-lo e trabalhá-lo com os indígenas, os semeadores da civilização nos desertos inóspitos.

Germinados e frutificados os preceitos de civilização, restaria misturar o sangue indígena ao sangue do colono estrangeiro, miscigená-los e, num novo cadinho, fortalecer a disposição congênita da futura mão-de-obra operária do Brasil (1935 [1876], p. 23-35). Do Norte viria uma ‘raça’ forte, aclimatada, perseverante e trabalhadora. Afinal, não se pode esperar que a ‘raça branca’ conserve “sua superioridade sem esses cruzamentos providenciais” (1935 [1876], p. 137). Senão, como nas cidades litorâneas do Brasil, os brancos que acorrerem para o Norte gerarão apenas descendentes “magros e nervosos” (1935 [1876], p. 137). Se cedo ou tarde os indígenas, por uma “lei de seleção natural”, desaparecerão, “devemos” ser previdentes, “confundindo parte de seu sangue com o nosso,

comunicando-nos as imunidades necessárias para resistirmos à ação deletéria do clima intertropical que predomina no Brasil" (1935 [1876], p. 137).

Fronteiras duradouras

No que toca aos textos do IHGB seria artificial separar, na constituição epistemológica das ciências do Brasil Imperial, a história natural e as Humanidades. Assim como na Europa, as Humanidades, no Brasil Monárquico, propenderam, de modo programático no século XIX, à laboração das nacionalidades (Funari: 1999; Reill, 1994). Além disso, depois de *Culture and imperialism* (1994), de Edward Said, e da obra de Gayatri C. Spivak, *A critique of postcolonial reason* (1999), temos uma clara percepção de que as Humanidades, como fonte de identidades sociais e culturais, não foram apenas, nos séculos XIX e XX, um reino plácido de refinamento apolíneo, mas mantiveram uma relação constitutiva com os processos colonizadores. Do mesmo modo, na América do Sul, durante o contexto de pós-independência política, a história natural promoveu a construção dos Estados Nacionais e a auto-representação cultural das elites intelectuais e políticas (Lopes, 1998; Figueirôa, 1998; Podgorny, 2001).

Articuladas durante as viagens científicas idealizadas e realizadas pelo IHGB, às Humanidades e à história natural coube elaborar um registro sobre as riquezas do território. Estribar a conquista do território. Organizar um saber classificatório sobre as populações indígenas, um saber capaz de filtrá-las por entre as malhas finas da peneira da civilização. A arqueologia e a etnografia, no nomadismo das viagens científicas, legitimariam uma representação histórico-coletiva da Nação que, ancorada em retrospecto na pré-história, exibiria um passado majestoso para os súditos de sua Majestade Imperial. Nem que fosse na forma de pequenas 'ilhas de civilização'. Em suma, tratava-se de criar para as elites do Império, para pensar com Gramsci, um saber que lhes daria homogeneidade, uma justificação de si mesma, uma ontologia de sua função como organizadores da sociedade, como governantes de geografias e grupos sociais heterogêneos e descontínuos (Gramsci, 2000).

Observando-se o IHGB como uma instituição local que abrigou práticas científicas concretas, nota-se sua participação, para usar uma noção de historiadores das ciências na América Latina (Saldaña, 1986; LaFuente & Ortega, 1992), no processo geral de mundialização da ciência. Daí a proliferação das medições durante as viagens científicas, da topografia do território e da alma indígena, as mensurações para unir os pontos geográficos do Império. O uso do heliógrafo e do dinamômetro para calcular a força indígena e fazer de seus corpos documentos exatos. Daí, também, as aborda-

gens estatísticas, demográficas e cartográficas do IHGB, voltadas ao cômputo e ao mapeamento do território e de suas populações naturais e humanas.

O material empírico revelado pelas viagens científicas do IHGB se presta, assim, a uma crítica pós-colonial. O processo de mundialização da ciência, vivenciado pelo IHGB, sofreu os mesmos influídos que, alhures, na Europa, impingiram a prática da história natural e das viagens científicas – uma acintosa relação com o colonialismo. Pode argumentar-se, contudo, que os Estados colonialistas o são porque instituíram suas viagens científicas e suas medições avançando fronteiras, adulterando-as e ocupando-as pela conquista e pela pilhagem. O ‘Rei’ permaneceu em casa, cuidando de sua roupa nova, administrando seu Estado Nacional, enviando seus cientistas e funcionários às colônias, aparelhando sua burocracia da dominação com informações centralizadas. O imperialismo se faz no confronto, no avanço, na ocupação dominadora. Assim, os pós-colonialistas o são porque foram colonizados ou porque são herdeiros imediatos de um passado neocolonial. Eles estudam os mecanismos de representação científica dos colonizados e, pois, são os únicos a revelarem que o ‘Rei’ está nu. Ou então, é preciso ser ‘herdeiro do Império’ para ajudar a despir o ‘Rei’; precisa-se falar de dentro do Império para se posicionar como pós-colonialista, e mostrar-nos que a arqueologia e as Humanidades foram ferramentas preciosas para se fabricar o colonialismo, o racismo e o Cânone Ocidental (Bernal, 1987; Hinley, 2000).

Pesquisadores latino-americanos, contudo, têm se inspirado nos estudos pós-coloniais e nos ‘métodos subalternos’ para a crítica das dinâmicas internas da formação das Nações e Estados do Terceiro Mundo (Mallon, 1994). No caso do Brasil imperial, pode dizer-se que o Rei também permanecia em casa e, por meio de suas instituições culturais, como o IHGB, constituía um arquivo e um saber sobre o Estado, um registro centralizado na sede do poder estatal, o Rio de Janeiro. Também aqui, uma burocracia da dominação. Os intelectuais que idealizavam e integravam as viagens científicas, as ‘excursões arqueológicas’, formularam, na acepção de Homi K. Bhabha, um discurso colonial, um sistema de representações, um regime de verdades, um aparato de poder para promulgar a conquista e fundar planos administrativos (Bhabha, 1995, p. 75-84). O colonialismo, no Brasil oitocentista, se fez, também ele, no avanço, no confronto com um Outro interno – o indígena. Por meio de concepções racistas e frenológicas, os intelectuais do IHGB, de modo semelhante aos colonizadores europeus (Miles, 1989, p. 26), intencionaram incorporar os indígenas como fonte de trabalho manual.

Deu-se, no Brasil imperial, o advento daquilo a que Foucault chamou de biopoder (1994; 1999). Articulando-se uma série de disciplinas (economia política, demografia e estatística, por exemplo),

instituíram-se tecnologias de governo, uma ciência do Estado que elegeu o binômio território–população como objeto privilegiado de saber. O território e a população tornaram-se alvos específicos de projetos simultaneamente científicos e políticos que visavam a uma dupla multiplicação: do território, explorando suas riquezas e administrando-o em suas margens geopolíticas e em suas minúsculas reentrâncias, toda uma contabilidade e topologia dos problemas e potencialidades econômicas; e da população indígena, disciplinando-a para os trabalhos nas colônias militares, regenerando-a através da infusão do sangue do imigrante europeu, pela aplicação de políticas eugênicas, políticas de revitalização das fibras da raça, de recomposição do organismo geral da população brasileira. Multiplicar o território e a população. Interiorizar a civilização. Transformar o Brasil num *continuum*, num tecido único, coeso, com um território continental e uma população biologicamente robusta.

Pode concluir-se que esse projeto intelectual do Brasil imperial não é arquivo morto. Outros pontos simbólico-geográficos se perfilaram ao Pão de Açúcar, o Brasil não está sulcado por linhas férreas (nem por trans-amazônicas), mas tornou-se um 'T colossal'. Projetos de administração científica das hereditariedades – que vigeram décadas antes de Francis Galton (1822-1911) tê-los conceituado com o neologismo eugenia (*eu* – boa; *genia* – geração) (Carol, 1995) –, como os de Couto de Magalhães, imiscuíram-se, de algum modo, nas identidades sociais do presente. O racismo e a discriminação contra afro-descendentes e indígenas continuam atuantes, sendo reconhecidos por muitos observadores da sociedade brasileira (Lovell & Wood, 1998; para uma crítica a essa visão, Cf. Bourdieu & Wacquant, 2002, p. 19-20). Entre nós, o mito da democracia racial normatiza e internaliza o racismo quotidiano (Goldstein, 1999). Os descendentes “magros e nervosos” de Couto de Magalhães são ainda os muitos “inimigos internos” que ainda não partilham da “comunhão brasileira”.

Agradecimentos

Este artigo provém de um trabalho final para a disciplina história das ciências naturais ministrada, no segundo semestre de 2003, no programa de pós-graduação em Geociências da Unicamp, por Maria Margaret Lopes, a quem agradeço pelas discussões e troca de idéias. Meus agradecimentos também para a Fapesp e para o Núcleo de Estudos Estratégicos, pelo apoio às minhas pesquisas, bem como aos colegas que leram a versão original deste trabalho: Pedro Paulo Abreu Funari, Fábio Adriano Hering, Francisco Silva Noelli e José Alberione dos Reis.

DOCUMENTAÇÃO PRIMÁRIA

IHGB

Memória sobre os trabalhos que se podem consultar nas negociações de limites do Império, com algumas lembranças para a demarcação destes; escrita por ordem do Ex. Sr. Conselheiro José Paulino Soares de Souza, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros. Rio de Janeiro, 15 de julho de 1851. IHGB, lata 340, pasta 6.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alemão,
Francisco Freire
1856
Seção Botânica.
RIHGB, v. 19, p. 43-4.
- Asad, T.
1994
Ethnographic representation, statistics and modern power.
Social Research, v. 61, n. 1, p. 55-88.
- Assis, Machado de
1986 [1882]
Assis, Machado de
1986 [1844]
Barbosa, Januário
da Cunha
1841
Barbosa, Januário
da Cunha
1839
Batista de Oliveira,
Cândido
1856
Bernal, M.
1987
Black Athena: the afroasiatics roots of classical civilization.
London: Free Association Press.
- Blanckaert, Claude
2001
Lógicas das antropotecnia: mensuração do homem e bio-sociologia
(1860-1920). *Revista Brasileira de História*, v. 21, n. 41, p. 145-56.
- Blanckaert, Claude
1993
Buffon and Natural History of man: writing History and the “foundational myth” of Anthropology. *History of Human Sciences*, v. 6, n. 1, p. 13-50.
- Bourdieu, P.;
Wacquant, L.
2002
Sobre as artimanhas da razão imperialista.
Estudos Afro-Asiáticos, v. 24, n. 1, p. 15-33.
- Bravo, Michael T.
1997
Ethnological encounters.
In: Jardine, N.; Secord, J. A.; Spary, E. C. *Cultures of Natural History*.
Cambridge: Cambridge University Press. p. 338-57.
- Browne, Janet
1997
Biogeography and empire.
In: Jardine, N; Secord, J. A.; Spary, E. C. *Cultures of Natural History*.
Cambridge: Cambridge University Press. p. 305-21.
- Capanema,
Guilherme Súch
1865
Seção Geológica e Mineralógica.
RIHGB, v. 19, p. 44-9.
- Carol, A
1995
Histoire de l'eugenisme en France.
Paris: Éd. du Seuil.
- Couto de Magalhães,
José Vieira
1935 [1876]
Couto de Magalhães,
José Vieira
1875
Couto de Magalhães,
José Vieira
1873
O selvagem.
2. ed. Rio de Janeiro: Cia. Ed. Nacional.
Memória sobre as colônias militares, nacionais e indígenas.
Rio de Janeiro: Tipografia da Reforma.
- Ensaio de antropologia.
RIHGB, v. 36, p. 359-516.

- Couto de Magalhães, José Vieira
1864 *Relatório dos negócios da província do Pará.*
Pará: Tipografia Frederico Rhossard.
- Cunha, Euclides da
1982 [1902] *Os sertões.*
Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Dettelbach, M.
1997 *Humboldtian science.*
In: Jardine, N; Secord, J. A.; Spary, E. C. *Cultures of Natural History.*
Cambridge: Cambridge University Press. p. 287-304.
- Ferreira, Lúcio M.
2005 *Footsteps of American Race: Archaeology, Ethnography and
Romanticism in Imperial Brazil.* In: Funari, P. P. A.; Zarankin, A.; Stovel, E.
(ed.) *Global archaeology theory: contextual voices and contemporary
thoughts.* New York: Springer. p. 337-52.
- Ferreira, Lúcio M.
2003 *Gonçalves Dias: arqueólogo e etnógrafo.*
In: Lopes, Marcos Antônio (org.) *Grandes nomes da história intelectual.*
São Paulo: Contexto. p. 456-64.
- Ferreira, Lúcio M.
2001 *Arqueologia e geoestratégia: as fronteiras imperiais e o uso das fontes
arqueológicas (1838-1877).* *Vária História*, v. 24, p. 149-71.
- Ferreira, Lúcio M.
1999 *Vestígios de civilização: o IHGB e a construção da arqueologia imperial.*
Revista de História Regional, v. 4, n. 1, p. 9-36.
- Figueirôa,
Silvia F. de M.
1998 *Mundialização da ciência e respostas locais: sobre a institucionalização
das ciências naturais no Brasil.* *Asclepio*, v. 50, n. 2, p. 107-23.
- Foucault, Michel
2001 *Os anormais.*
São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, Michel
1999 *Em defesa da sociedade.*
São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, Michel
1994 *Naissance de la biopolitique.*
In: *Dits et écrits.* Paris: Gallimard. v. III, p. 819-25.
- Foucault, Michel
1992 *As palavras e as coisas.*
São Paulo: Martins Fontes.
- Funari, Pedro
Paulo A.
1999 *Lingüística e arqueologia.*
Delta, v. 15, n. 1, p. 161-76.
- Goldstein, D.
1999 *Interracial sex and racial democracy in Brazil: twin concepts?*
American Anthropologist, v. 101, n. 3, p. 554-75.
- Gould, S. J.
1981 *The mismeasure of man.*
New York: W. W. Norton.
- Gramsci, A.
2000 *Os intelectuais. O princípio educativo.*
In: *Cadernos do Cárcere.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. v. II, p. 11-54.
- Guimarães, José
da Silva
1844 *Sobre os usos, costumes e linguagem dos Apiacás.*
RIHGB, v. 6, p. 305-25.
- Hinley, R.
2000 *Roman officers and english gentlemen: the imperial origins of roman
archaeology.* London: Routledge.
- Jomard, M.
1847 *Notícia raciocinada sobre os Botocudos.*
RIHGB, v. 9, p. 107-13.
- Kalpagam, U.
2000 *The colonial state and statistical knowledge.*
History of human sciences, v. 13, n. 2, p. 37-55.

- LaFuente, A.;
Ortega, M. L.
1992
- Lagos, Manoel
Ferreira
1856
- Lagos, Manoel
Ferreira
1844
- Langer, Johnni
2002
- Lopes, M. Margaret
1998
- Lopes, M. Margaret
1997
- Lovell, P. A.;
Wood, C. H.
1998
- Macedo, Joaquim
Manoel de
1852
- Machado, João
da Silva
1856
- MacLeod, R. (ed.)
2001
- Mallon, Florencia E.
1994
- Martin, O.
2001
- Martius, Karl Ph. Von
1844
- Mattos, João Wilkens
1856
- Miles, R.
1989
- Moore-Gilbert, Bart
2000
- Outram, Dorinda
1997
- Pena, Domingos
Soares Ferreira
1877
- Pena, Domingos
Soares Ferreira
1876
- Modelos de mundialización de la ciencia.
Arbor, tomo CXLII, p. 93-117.
- Seção Zoológica.
RIHGB, v. 19, p. 50-61.
- Relatório dos trabalhos do Instituto no sexto ano acadêmico.
RIHGB, v. 6, p. 532-58.
- A cidade perdida da Bahia: mito e arqueologia no Brasil Império.
Revista Brasileira de História, v. 22, n. 43, p. 22-45.
- A formação de museus nacionais na América Latina independente.
Anais do Museu Histórico Nacional, v. 30, p. 121-45.
- O Brasil descobre a pesquisa científica*: os museus e as ciências naturais no século XIX. São Paulo: Hucitec.
- Skin color, racial identity, and life chances in Brazil.
Latin American perspectives, v. 100, p. 90-109.
- Relatório do primeiro secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro por ocasião das comemorações do aniversário da Instituição.
RIHGB, v. 15, p. 480-512.
- Vocabulário dos índios cayuás.
RIHGB, v. 19, p. 474-84.
- Nature and Empire*: Science and the Colonial Enterprise.
Chicago: University of Chicago Press.
- The promise and dilemma of subaltern studies: perspectives from Latin American History. *The American Historical Review*, v. 99, n. 5, p. 1491-515.
- Da estatística política à sociologia estatística: desenvolvimento e transformações da análise científica da sociedade.
Revista Brasileira de História, v. 41, n. 21, p. 13-34.
- Como se deve escrever a história do Brasil.
RIHGB, v. 6, p. 389-411.
- Alguns esclarecimentos sobre as missões da província do Amazonas.
RIHGB, v. 19, p. 124-30.
- Racism*.
London: Routledge.
- Post-colonial theory*: contexts, practices, politics.
London: Verso.
- New spaces in natural history*.
In: Jardine, N.; Secord, J. A.; Spary, E. C. *Cultures of Natural History*. Cambridge: Cambridge University Press. p. 249-65.
- Apontamentos sobre os cerâmicos do Pará.
Arquivos do Museu Nacional, v. 2, p. 47-76.
- Breve notícia sobre os sambaquis do Pará.
Arquivos do Museu Nacional, v. 1, p. 85-9.

- Pinheiro, Joaquim
Caetano Fernandes
1866
Parecer sobre a memória do sr. conde de La Hure, relativa às inscrições achadas nas ruínas de uma cidade incógnita nos sertões da Bahia.
RIHGB, v. 29, p. 373-90.
- Pinheiro, José
Feliciano Fernandes
1839
Discurso do presidente.
RIHGB, v. 1, p. 207-71.
- Podgorny, Irina
2001
El argentino despertar de las gentes e faunas prehistóricas.
Buenos Aires: Libros del Rojas/Universidad de Buenos Aires.
(Col. Fragmentos de una Memoria.)
- Pomian, K.
1984
Coleção. In: Romano, Ruggiero (org.) *Encyclopédia Einaudi*, 1.
Memória – História. Porto: Imp. Nac./Casa da Moeda, p. 51-86.
- Pontes, Rodrigo de
Souza da Silva
1841
Quais os meios de que se deve lançar mão para se obter o maior número possível de documentos relativos à história e geografia do Brasil. *RIHGB*, v. 3, p. 149-57.
- Porto Alegre,
Manoel de Araújo
1856
Seção Etnográfica e Narrativa de Viagem.
RIHGB, v. 19, p. 68-74.
- Porto Alegre, M. S.
1986
O Brasil descobre os sertões: a expedição de 1859 ao Ceará.
Ciências Sociais Hoje. São Paulo: Vértice/Anpocs. p. 200-16.
- Pratt, M. L.
1997
Ojos imperiales: literatura de viajes y transculturación.
Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes.
- Reill, P. H.
1994
Science and the construction of the cultural sciences in late enlightenment Germany: the case of Wilhelm von Humboldt.
History and Theory, v. 33, n. 3, p. 345-66.
- Rodrigues, João
Barbosa
1876a
Antigüidades do Amazonas.
Rio de Janeiro: *Ensaios de Ciência*, v. 1, p. 93-125.
- Rodrigues,
João Barbosa
1876
Antigüidades do Amazonas: a arte cerâmica.
Ensaios de Ciência, v. 2, p. 3-23.
- Rueda, Carl Henrik
Langebaek
2003
Arqueología colombiana: ciencia, passado e exclusión.
Bogotá: Colciencias.
- Said, Edward
1994
Culture and imperialism.
London: Vintage.
- Saldaña, J. J.
1986
Marcos conceptuales de la historia de las ciencias en Latinoamérica: positivismo e economicismo. *Quipu*, v. 1, p. 57-79.
- Spivak, Gayatri C.
1999
A critique of postcolonial reason: toward a history of the vanishing present.
Cambridge/London: Harvard University Press.
- Tuggia, Rafael
1856
Mapas dos índios cherentes e xavantes na nova povoação de Teresa Cristina no rio Tocantins. *RIHGB*, v. 19, p. 119-24.
- Varnhagen, F. A.
1841
Sobre a necessidade do estudo e ensino das línguas indígenas.
RIHGB, v. 3, p. 53-63.

Recebido para publicação em julho de 2004.

Aprovado para publicação em agosto de 2005.